

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 07 de junho de 2002

Ano 4 Nº 99

Desenvolvimento Sustentável ganha Fórum permanente

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Integrados no trabalho de proteção de nascentes, os jovens que compõem a Comissão para Educação Ambiental de Arroio Trinta, provaram, através do adolescente Odirley Paulo Lazare, durante o *Fórum Permanente do Desenvolvimento Sustentável* inaugurado na quinta-feira (6), que a juventude é a base mais forte para a conscientização coletiva da preservação ambiental. Odirley



O evento contou com a participação do governador Esperidião

representou o Brasil na Conferência da Biodiversidade em Haia, Holanda em abril, depois de ser escolhido entre 18 mil jovens que participam do *Projeto Protetores da Vida*. Durante os anos de 98, 99, 2000 e 2001, Odirley e os colegas da Comissão, conseguiram mobilizar a comuni-

dade em parceria com a prefeitura, Epagri e empresas, para limpar o rio de sua cidade.

O testemunho do jovem, além das palestras de especialistas, secretários de Estado e representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), sacramentaram o *Fórum Permanente*, que envolve o

Legislativo, o Executivo, a ANA e organizações não-governamentais. Com a efetiva constituição do Fórum, segundo seu idealizador, deputado Onofre Agostini (PFL), presidente da Assembleia, pretende-se ampliar o debate sobre o desenvolvimento sustentável, envolvendo todos os segmentos da sociedade. "Assim teremos resultados práticos, com ações simples. Cada segmento da sociedade tem que fazer a sua parte", salienta o presidente. Quanto à legislação sobre a questão ambiental aliada ao desenvolvimento econômico, o presidente endossou as declarações feitas por Maurício Andrés Ribeiro, da ANA. "Temos muitas leis. O que precisamos fazer é desemaranhar a legislação e ter clareza dos níveis de regulação, definindo exatamente o que é municipal, estadual, nacional e supra-nacional", resumiu Ribeiro. (MMV)

Bloqueio paralisa BR-101 por seis horas

(foto Carlos Kilian)

Alertados pela própria Comissão que abriga pela duplicação do trecho Sul da BR-101, os motoristas que usam quase que diariamente a rodovia acabaram evitando sair para a estrada entre 9h e 15h de quarta-feira (5).

Integrantes da *Comissão Pró-Duplicação do Trecho Sul da BR-101* creditaram à estratégia da PRF a inexistência das filas que se estenderiam por cerca de 80 quilômetros, nos dois sentidos da rodovia, conforme estatísticas anteriores. A Comissão manteve as seis horas previstas para o bloqueio e começou a articular nova mobilização, desta vez, sem qualquer aviso, caso o Edital de duplicação não seja publicado no dia 28 de junho.

Presentes no ato os deputados Manoel Mota e Ronaldo Benedet (PMDB), Julio Garcia e Clésio Salvaro (PFL), Valmir Comin (PPB), José Paulo Serafin e Ideli Salvatti (PT), e Odete de Jesus (PL). (MMV)



Parlamentares participaram ativamente do bloqueio da estrada, que ocorreu no acesso à Ponte de Cabeçadas, em Laguna

OPINIÃO

Impactos das barragens



Os impactos ambientais e sócio-econômicos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande foram discutidos no dia 29 passado em reunião com os empreendedores, os prefeitos dos cinco municípios envolvidos (Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages) e os representantes do Ministério Público, da Fatma, do Ibama e da Feplan (Fundação Estadual de Proteção Ambiental). Em pauta, as medidas compensatórias reivindicadas pelas administrações municipais. A discussão começa a partir das indenizações e do remanejamento dos moradores das áreas a serem inundadas. A conversa com prefeitos dos municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica Campos Novos aconteceu no último dia 20 com resultados positivos. O Ministério Público estabeleceu prazo de 30 dias para os empreendedores encaminharem as soluções reivindicadas. Mesmo objetivo reunirá, em data a ser definida, os representantes das comunidades alcançadas pela barragem Foz de Chapecó.

Enquanto homem público comprometido com os destinos, a segurança e a qualidade de vida da população, não posso ficar alheio às alterações decorrentes dos citados empreendimentos.

Sabemos que as empresas responsáveis pela instalação das usinas têm seus lucros garantidos e assegurados pela Agência Nacional de

Energia Elétrica (Anel). Os seus direitos de exploração - entre construção e operação - por 35 anos são renováveis por mais 35. Em muitos casos concluem as obras e vão embora, deixando sérias consequências para as administrações municipais, principalmente na área social, como por exemplo as famílias desempregadas. Questões dessa natureza não preocupam as empresas absorvidas por suas conveniências acima de tudo.

Por isso, os representantes políticos pleiteiam obras de infra-estrutura, saneamento básico e recuperação ambiental. Investimentos por parte das empresas da ordem de até 30 milhões, que tornam-se mínimos diante do valor de cada empreendimento (estimado em cerca de R\$ 800 milhões) e do lucro previsto.

É inquestionável a importância das usinas para o progresso regional, mas não podemos esquecer de respeitar e atender as necessidades básicas das pessoas, preservando assim a qualidade de vida da comunidade. Faz-se necessário que os poderes públicos se unam às instituições comunitárias locais com objetivo de garantir o exercício da cidadania. Para tanto, é fundamental o compromisso dos empreendedores em minimizar os impactos ambientais e sociais, causados pelas barragens.

É nosso dever assegurar os direitos aos cidadãos fazendo com que os municípios tenham suas necessidades consideradas e sua sustentabilidade garantida.

Deputado Onofre Agostini (PFL)
onofre@alesc.sc.gov.br

Balneabilidade – responsabilidade de todos



Ao mesmo tempo em que se discute exaustivamente sobre “Desenvolvimento Sustentável”, quando ONG’s, sociedade organizada, ambientalistas e autoridades discutem o assunto de forma veemente, preocupando-se com as gerações futuras, os índices de poluição das praias aumentam assustadoramente, tendo como contribuintes a população e poder público.

Afirmar isto é assumir a responsabilidade que cabe a cada um de nós quanto a preservação de nossas praias. Preparar-se para uma nova temporada turística, como? Se as manchetes são notórias, frequentes e o que é pior, divulgadas em nível nacional.

A última temporada dá provas de que se não houver uma consciência de preservação por parte de todos os segmentos da sociedade, logo teremos nossos balneários sendo expostos em galerias de fotos para serem mostrados para nossos filhos e netos, servindo apenas de belas recordações.

Quando se fala em consciência de preservação, somam-se atitudes que tomamos dentro da nossa própria casa, estendendo-as quando

procuramos um espaço para o lazer. Ou seja, recolher nosso lixo, quando vamos embora. Não levar nosso animal de estimação, ou se levar a lugares permitidos, lembrar de recolher os resíduos deixados pelos mesmos. Quando construirmos próximo às praias, lagos ou rios, respeitar a legislação e cumpri-la, de forma a não agredir o meio ambiente.

Enfim, atitudes inúmeras podem ser tomadas com uma simples tomada de decisão. Vamos cuidar desse planeta, pois só temos ele!

Só conseguiremos promover ações efetivamente eficazes, quando sociedade e poder público assumirem a sua parte da culpa. Aí então poderemos partir para uma mobilização consciente e comprometida. Traçar metas de forma estruturada que possam sobreviver e ter continuidade, tornando-se uma realidade constante e não apenas mensagens que fiquem gravadas nos anais de nossa história.

Portanto, devemos garantir que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas, sem comprometer o atendimento das gerações futuras.

Tomara que para os próximos anos tenhamos condições de divulgar o nosso litoral com manchetes bem ilustradas, referendando nosso Estado, para que continue sendo um dos melhores lugares para se visitar e morar.

Deputado Jorginho Mello (PSDB)
jorginho@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Chefe de redação: Marise Ortega
 Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Mirela Maria Vieira
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

São João Batista e Forquilha no Retratos de SC

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Terceiro pólo calçadista do país, conhecido como a *Capital Catarinense do Calçado*, o município de São João Batista, localizado no Vale do rio Tijucas, apresentou no dia 28 de maio as suas potencialidades econômicas e culturais. Presentes o prefeito Jair Sebastião de Amorim, líderes sindicais e políticos daquela cidade, os deputados Onofre Agostini (PFL), presidente da Casa, João Henrique Blasi (PMDB), Lício Mauro da Silveira (PPB), Rogério Mendonça (PMDB) e Jorginho Mello (PSDB), além do deputado federal Edson Andrino (PMDB).

A solenidade teve início com o hasteamento da bandeira e a apresentação do hino do município, seguido de um desfile de calçados de grifes locais e de um grupo folclórico açoriano. Amorim lembrou que a indústria calçadista surgiu em 1925 e hoje tem condições de competir com os maiores pólos produtores brasileiros. Destacou ainda que São João Batista produz a melhor farinha de mandioca do Estado e mantém 98% de suas crianças nas salas de aula. (RV)



Deputados Blasi, Onofre e prefeito Amorim

(foto Carlos Kilian)



Grupos de danças típicas alemãs realizaram apresentações

Com um parque industrial diversificado, que reúne 114 indústrias nos setores cerâmico, alimentício, carbonífero e metalúrgico, além de uma agroindústria ancorada na produção de arroz, milho, feijão e fumo, Forquilha esteve em exposição na AL.

Para abrir o evento na noite de terça-feira (4), o Coral Sagrado Coração de Jesus cantou o hino de Forquilha, que teve um pouco de sua história contada pelo próprio prefeito, Paulo Hoeppers. Prestigiando o município, estavam presentes todos os parlamentares que representam a região: Valmir Comin (PPB), Julio Garcia (PFL), José Paulo Serafin (PT), Joares Ponticelli (PPB), Ronaldo Benedet (PMDB), incluindo o deputado federal Leodegar Tiscoski (PPB).

O prefeito lembrou que o município é o berço de lideranças religiosas e de projetos que foram exportados para o mundo, como a Pastoral da Criança. (MMV)

Agostini apóia municípios atingidos por hidrelétrica

Em reunião com prefeitos dos municípios alcançados pela Hidrelétrica Barra Grande o presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), declarou sua parceria no sentido de exigir da empresa construtora a realização de obras para compensar o impacto gerado pela usina que atingirá 5 cidades catarinenses (Campo Belo do Sul, Capão Alto, Anita Garibaldi, Cerro Negro e Lages) e 2 gaúchas (Esmeralda e Vacaria).

O parlamentar que defendeu a construção da barragem, agora briga por medidas compensatórias porque entende que uma obra desse porte ao mesmo tempo em que vai mudar a realidade econômica da região, altera o

equilíbrio ecológico e social das cidades.

As principais reivindicações se concentram nas áreas de saúde, educação, segurança, saneamento básico, criação de plano turístico para região e de plano diretor para os municípios, além de reflorestamento para compensar a perda da vegetação que ficará submersa. Se não houver a devida oxigenação do lago, se transformará em matéria poluidora, tornando a água insalubre e dificultando a reprodução de peixes. A faixa de preservação de mata ciliar ao longo do lago ainda não foi definida pelos órgãos ambientais. O Ibama e os empreendedores defendem 30 metros, mas a Fatma acha que o ideal é preservar 100 metros de mata circundante.

Os prefeitos esclareceram que o empre-

endimento trará para a região cerca de 8 mil novos moradores entre trabalhadores e respectivas famílias que vêm de outros estados, já que os empreendedores aproveitam menos de 25% da mão de obra local. Essa população migratória passa a usar todos os serviços públicos dos municípios, suficientes para atender apenas a demanda local, causando desestrutura em todos os setores. Os prefeitos não podem usar recursos públicos para compensar problemas gerados por uma empresa privada, pois são impedidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Agostini hipotecou solidariedade e garantiu o empenho para conseguir as obras necessárias. (MIL)

ESPECIAL

AL marca *Dia de Estímulo à Adoção* em sessão solene

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Instituído no país por iniciativa do deputado federal João Mattos (PMDB) e no Estado pelo deputado Jaime Duarte (PPS), o *Dia de Estímulo à Adoção* foi celebrado em sessão solene na Assembléia. Pai adotivo de um adolescente que faleceu há poucos meses, Mattos pregou que os legislativos atuem com mais empenho para tornar o processo de adoção mais fácil e eficiente, criticando a falta de políticas governamentais que minimizem a trágica situação de exclusão social, levando ao abandono milhões de crianças e adolescentes no Brasil.

Colaborador da estruturação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Amaral e Silva, alertou para mudanças no sentido de acelerar o processo de adoção. "O trâmite proces-



Deputado Duarte e convidados

sual é necessário até mesmo para estabelecer o vínculo de conhecimento entre a criança e a família substituta. É um assunto para os especialistas se debruçarem". Presidente do Conselho Estadual do Judiciário para a Adoção, Alcides dos Santos Aguiar endossou a observação de Amaral e Silva. "Crianças não são mercadoria. A adoção é irrevogável e é fundamental que sejamos cuidadosos". Também não poupou críticas ao governo fe-

deral já que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de cada três crianças brasileiras, uma trabalha para ajudar a família, ao invés de estar na escola.

Tanto Aguiar quanto o procurador da Justiça, José Francisco Hoepers, deram ênfase a uma necessária modificação nos abrigos destinados a acolher os menores. Santa Catarina conta hoje com apenas 77 abrigos, o que indica falta de empenho dos municípios em cumprir o ECA. No total, 1.200 crianças e adolescentes estão

nestes abrigos, para onde são levados ao se constatar o abandono. No entanto, apenas 120 são passíveis de adoção. Ele propôs ainda que Santa Catarina crie um programa de incentivo ao abrigo domiciliar temporário, concedendo um benefício em dinheiro para as famílias que quiserem abrigar menores ainda não passíveis de adoção, e um programa efetivo de apoio às famílias biológicas. (MMV)

Porto de São Francisco

O presidente da Comissão de Transportes, deputado Jaime Duarte (PPS), encaminhou ao governador pedido de audiência para tratar do Porto de São Francisco do Sul. A comissão realizou na segunda-feira (3) uma audiência pública no Clube Náutico Cruzeiro do Sul, em São Francisco do Sul, onde compareceram, além de Duarte, os deputados Francisco de Assis (PT), Ideli Salvatti (PT), Adelor Vieira (PMDB) e Volnei Morastoni (PT). Os deputados federais Carlito Meres (PT/SC) e Telma de Souza (PT/SP), também compareceram para debater com lideranças empresariais, políticas e comunitárias.

Este foi o quarto encontro para debater o projeto do governo que trata da extinção do porto como autarquia, transformando-o em empresa de economia mista – a SC Portos, com 49% de ações privadas e 51% de ações públicas. A comunidade não aceita a privatização e está solicitando ao governador a retirada do projeto e a elaboração de um novo. (RMPP)

Audiência debate balneabilidade do litoral catarinense

Por solicitação do deputado Jorginho Mello (PSDB), a Assembléia foi novamente palco de audiência pública para conhecer e discutir os problemas ambientais, mais especificamente sobre a balneabilidade de 29 municípios da zona litorânea. Estiveram presentes o diretor do Departamento de Vigilância Sanitária do Estado, Antônio Granzontto, o promotor de Justiça, Alexandre Abreu, o gerente de Expansão da Casan, Josué Ferreira, o vereador de Florianópolis, Gean Loureiro (PSDB), além de representantes da Fatma, vereadores de outros municípios litorâneos e associações de moradores.

Segundo Mello, o objetivo é fazer com que o governo do Estado coloque em prática os projetos destinados à despoluição dos balneários e, principalmente, os relativos ao saneamento básico.

Granzontto afirmou que existe um projeto junto com a Secretaria de Meio Ambiente para a construção de fossas com filtros. Elas evitam a contaminação dos solos e da água e mais de 10 municípios já

estão sendo beneficiados.

Josué Ferreira, da Casan, relatou as obras que estão fazendo com relação ao saneamento básico em várias cidades do litoral, incluindo a Lagoa da Conceição, somando um total de R\$ 260 milhões. "Em breve a Assembléia Legislativa estará recebendo um projeto de lei para que a Casan possa usar recursos do FGTS para que as obras iniciadas e outros projetos que ainda estão no papel possam se tornar viáveis" explicou.

O promotor Abreu reconhece o trabalho da Casan, mas é de opinião que não adianta gastar milhões em obras de saneamento básico se a população continua não fazendo a ligação necessária para não pagar o serviço. "É preciso fiscalizar e educar a população", disse.

Já o vereador Loureiro defendeu uma maior participação do legislativo municipal com ações preventivas para evitar construções clandestinas que aumentam a poluição

Mello afirmou que outras audiências serão marcadas para discutir o assunto. (TK)

COMISSÕES

Substituição do fumo é tema de audiência pública

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Alternativas para a substituição do cultivo do fumo em Santa Catarina foi o tema da audiência pública no dia 29 de maio, promovida pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT). Ele é o autor do Projeto de Lei 193/01, que determina a substituição da cultura do fumo por culturas alternativas no Estado, no prazo máximo de 10 anos.

O representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, Salvio Tonini, destacou que a produção de fumo deve-se, em grande parte, à falta de alternativas. Outras culturas não recebem os mesmos incentivos dados pela indústria fumageira, como financiamento de semente, insumos e benfeitorias e garantia da compra total da produção. O argumento foi reforçado por alguns dos agricultores presentes e por documento distribuído pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), que afirmaram ser o fumo uma das culturas mais rentáveis para o agricultor.

Morastoni destacou que sua proposição não pretende ir contra o produtor, e sim buscar mecanismos públicos para substituir o fumo, que tantos malefícios traz à saúde. O parlamentar lembrou ainda que correspondência recebida da Chefia da Divisão de Controle do Tabagismo,

do Instituto Nacional do Câncer, afirma que o Brasil tem participado ativamente nas negociações para a assinatura de um tratado internacional no qual 191 nações concordam em empreender esforços para alcançar objetivos definidos no controle do tabagismo no mundo. “O projeto sugere que o governo faça investimentos na produção de outras culturas, dando todo o apoio para o agricultor nesta mudança”, diz Morastoni. Para ele, ações similares ao Projeto de Lei 193/01, aprovado nas comissões de Justiça e Finanças, devem se tornar cada vez mais frequentes por conta desta tendência mundial. Sônia Piardi, do Ministério Público Estadual, falou em dar efetividade à lei, caso seja aprovada no Legislativo, pois a indústria tabagista possui um grande poderio econômico e até mesmo político, além da dependência do produtor. (SD)



Deputado Morastoni defende seu projeto

Lixo em discussão no Dia Mundial do Meio Ambiente

Pesquisadores, cientistas, engenheiros sanitários, professores universitários e promotores do Ministério Público de Santa Catarina envolvidos com as questões ambientais foram os convidados da audiência pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, nessa quarta-feira (5), que tratou do tema Resíduos Sólidos e Novas Tecnologias. No Dia Mundial do Meio Ambiente os parlamentares da comissão, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), consideraram pertinente discutir amplamente a destinação do lixo de todas as espécies – um dos maiores problemas ambientais. O país produz por dia cerca de 96 mil toneladas de lixo.

Lixo doméstico, dejetos suínos e resíduos sólidos foram alguns dos as-

pectos debatidos durante o encontro e a prioridade é buscar soluções intensificando pesquisas voltadas à comunidade.

O Ministério Público, através da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente e da parceria com órgãos como Fatma, Polícia Ambiental e Federação Catarinense dos Municípios, realiza o programa Lixo Nosso de Cada Dia. O objetivo é estimular a educação ambiental e a implementação de aterros sanitários, usinas de reciclagem a serem licenciados pela Fatma, além da fiscalização, proteção e recuperação das áreas já degradadas. O programa pretende que os 293 municípios do Estado tenham a destinação correta dos resíduos sólidos através do Termo de Ajustamento de Conduta. (RMPP)

CPI dos Contratos aguarda documentação

Em reunião realizada na segunda-feira (3), a CPI dos Contratos decidiu requisitar alguns documentos ao DER/SC e ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit), referentes à rodovia BR-282, para dar prosseguimento às investigações.

Ainda esta semana o presidente da CPI, deputado João Henrique Blasi (PMDB), deverá encaminhar ofício aos dois órgãos. Do DER a comissão quer cópia do documento em resposta à reinstrução (aprofundamento da investigação) do Tribunal de Contas do Estado. Já ao Dnit a CPI vai solicitar cópia do mesmo documento elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Durante a reunião, a comissão rejeitou a proposta apresentada pelo presidente de fazer uma visita ao Dnit. Os parlamentares querem ter em mãos, inicialmente, cópia desses documentos para convocar novos depoentes.

Além de Blasi, estiveram presentes os deputados Julio Garcia (PFL), o relator Lício Mauro da Silveira e Sandro Tarzan, ambos do PPB. A CPI volta a se reunir na próxima quarta-feira (5). (MS)

PLENÁRIO

Mantida alteração ao projeto de reposição salarial

Os deputados rejeitaram o veto parcial ao projeto governamental que dispõe sobre a reposição das perdas salariais dos servidores, de 1º de julho de 2001 a 30 de abril deste ano. O percentual será definido pelo INPC acumulado no período.

Foi vetado o parágrafo proveniente de emenda de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), determinando que o reajuste seja extensivo aos poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Udesc e Procuradoria de Justiça do Estado. Outro veto foi ao artigo resultante de emenda do líder do PMDB, João Henrique Blasi, propondo que os poderes e as instituições que gozam de autonomia orçamentária e financeira terão liberdade para implementar o reajuste salarial de acordo com as suas possibilidades. Com a medida, o parlamentar quer efetivar o princípio constitucional de autonomia dos poderes e, ao mesmo tempo, evitar a recente polêmica, suscitada pelo Executivo, de reajustes diferenciados praticados por alguns poderes.

Mudança de vinculação de Comarca

Aprovado projeto de lei complementar de autoria do presidente do Tribunal de Justiça. Desta forma, o município de Timbó Grande, vinculado à Comarca de Lebon Régis, passará a integrar a Comarca de Santa Cecília. A transferência dos processos será feita decorridos cinco dias da entrada em vigor da lei.

Os municípios de Abdon Batista e Erval Velho passaram a integrar as comarcas de Anita Garibaldi e Herval d'Oeste, respectivamente.

A transferência dos processos do Município de Abdon Batista será feita após 30 dias da entrada em vigor desta lei. Já no caso dos processos abertos em Erval Velho só serão transferidos quando uma nova comarca for instalada em Herval d'Oeste. Os interessados serão informados mediante edital publicado no Diário da Justiça, por duas vezes consecutivas, e fixado no quadro de avisos das Comarcas de Campos Novos e Anita Garibaldi. (RV)

Plenário rejeita outros vetos

Rejeitado veto total ao projeto do deputado Jaime Duarte (PPS), prevendo que as empresas catarinenses produtoras ou comercializadoras e prestadoras de serviço que tenham atuação social em favor da criança e do adolescente, passem a receber o Certificado Amiga da Criança. As empresas poderão usar o certificado na promoção e publicidade de seus produtos e serviços, facilitando a comercialização dos mesmos.

– Ao projeto do deputado Francisco de Assis (PT), que obriga as auto-escolas ou Centros de Formação de Condutores a adaptar os veículos aos aprendizes portadores de deficiência física que buscam habilitação na categoria "B".

– Ao projeto da deputada Odete de Jesus (PL), que autoriza a secretaria da Educa-

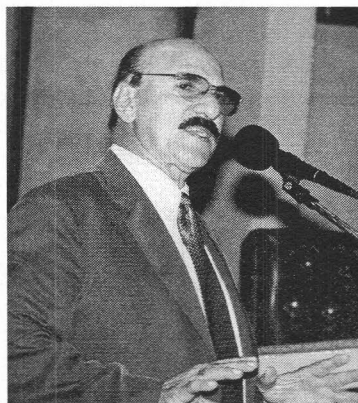
ção a criar turmas gratuitas de pré-vestibular para alunos carentes que estudam na rede pública de ensino.

Mantidos - Mantido veto ao projeto de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que reconhece o município de Laguna como *Capital Catarinense do Camarão*. O artigo 2º, vetado por inconstitucionalidade, diz que o governo estadual, através dos órgãos de fomento agropecuário e do turismo, disponibilizarão apoio técnico à promoção de eventos alusivos à produção do camarão na cidade de Laguna.

– Ao projeto do deputado Afrânio Boppré (PT), que dispõe sobre o recolhimento nas escolas da rede pública estadual das pilhas e baterias de telefones celulares usadas. (MOR/RV)

Notas fiscais do produtor

Com objetivo de fazer com que a sociedade conheça e reconheça a chamada agricultura familiar, baseada no trabalho do conjunto da família, onde o espaço de produção e de trabalho se confunde com o espaço doméstico da unidade familiar, foi aprovado projeto do deputado Manoel Mota (PMDB). A nova lei dispõe sobre a emissão de talão de Notas Fiscais do Produtor em nome da família, determinando que será cadastrado como titular o produtor rural que possuir o título de domínio, a concessão de uso ou



mota@alesc.sc.gov.br

arrendamento da terra ou qualquer direito real sobre ela incidente.

No talão constará o nome dos titulares e até 5 outros produtores, especificados como tal. Nos cadastramentos não será admitida qualquer distinção entre homens e mulheres. Segundo o autor "a matéria tem por objetivo contribuir para a consolidação do reco-

nhecimento das mulheres agricultoras, e preencher lacuna no que se refere ao reconhecimento dos jovens, oferecendo a possibilidade de abrimos novas perspectivas nos lugares de origem". (CW)

nhecimento das mulheres agricultoras, e preencher lacuna no que se refere ao reconhecimento dos jovens, oferecendo a possibilidade de abrimos novas perspectivas nos lugares de origem". (CW)

Recuperação de drogados

Com base em pré-projeto remetido pelo Executivo atendendo pedido do deputado Adelor Vieira (PMDB), o plenário aprovou lei que prevê o apoio técnico-financeiro, por parte dos Executivos estadual e municipais, a entidades e organizações não-governamentais dedicadas à assistência e recuperação de dependentes químicos.

A idéia, segundo o parlamentar, surgiu

depois de constatado que as cerca de 60 comunidades terapêuticas que atuam no estado têm sobrevivido da caridade, muitas vezes tendo a porta da estrutura estatal fechada justamente por não haver nenhuma lei prevendo o auxílio. Depois de fazer uma indicação ao Executivo, recebeu orientação da Secretaria da Casa Civil, tomando por base ainda a Lei nº 11.569, que vigora no Rio Grande do Sul. (MMV)

Capital Catarinense

De autoria do deputado Onofre Agostini (PFL) foi aprovado projeto que reconhece o município de Salto Veloso como *Capital Catarinense do Hambúrguer*. Considerado o maior produtor de hambúrguer no Brasil, o município está localizado no Vale do Rio do Peixe e detém

30% da produção nacional, com a fabricação de 100 toneladas/dia.

O município de Ponte Alta foi declarado *Capital Catarinense da Moranga*, por ser o maior produtor estadual desta abóbora, por iniciativa de projeto do deputado Sandro Tarzan (PPB). (MOR)

Aprovada Emenda

De autoria do deputado Jaime Mantelli (PDT) foi aprovada a Emenda Constitucional nº 13/01, dando nova redação ao inciso I, do art. 59, da Constituição do Estado. O texto proposto tem o seguinte teor: "I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, às quais serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento". (MOR)

Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural

Foi aprovada a admissibilidade à Medida Provisória nº 103 permitindo a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5,4 milhões em favor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, visando o atendimento de programação elaborada pela secreta-

ria da Agricultura.

Os recursos decorrentes deste crédito irão viabilizar o atendimento de despesas com a concessão de auxílio aos produtores rurais prejudicados com a estiagem que castiga o Oeste catarinense desde novembro do ano passado. (MOR)

Braile nos elevadores

Aprovado projeto do deputado João Rosa (PTB), que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação nos elevadores de indicações dos andares através de caracteres em braile. Os caracteres deverão ser posicionados em locais que permitam a identificação pelos deficientes visuais, de forma facilitada, de todos os andares dos edifícios. Prevê que a inobservância da lei incidirá ao condomínio infrator a imposição de multa no valor de dois salários mínimos. (CW)

Rodovia da Amizade

O deputado Onofre Agostini (PFL) apresentou projeto de lei denominando a SC-302, trecho Caçador/Calmon/Matos Costa/Porto União, de *Rodovia da Amizade*. O autor explicou que tomou a iniciativa em razão de pleitos que

foram formulados por lideranças políticas da região, justificando que os usuários, de maneira informal, já dão a denominação àquele trecho, pois o mesmo traduz-se em elo de ligação entre os habitantes dos municípios citados. (CR)

Proposições

Bancada do PPB à direção e colaboradores do Jornal Metropolitano, periódico diário disponível na Internet, com sede em São José, parabenizando pelos dois anos de existência.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador solicitando auxílio financeiro para a reforma da estrutura do Ginásio de Esportes Sebastião João Souza, de Penha.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) aos professores José Roberto Provesi, eleito presidente e reitor e Antônio Scatolin Pinheiro, eleito vice-presidente e vice-reitor da Univale cumprimentando-os pelas posses nos cargos.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao diretor geral do Dnit solicitando a construção de uma passarela de pedestres sobre a BR-101, km 149-6, em Itapema.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao superintendente do INSS em SC e à bancada catarinense no Congresso solicitando a instalação de um posto do INSS em Santa Cecília.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho cumprimentando-o pela convocação para a 5ª Turma do TST, da juíza Lília Leonor Abreu.

Deputado Afonso Spaniol (PPB) ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense e à bancada catarinense no Congresso solicitando a aprovação urgente do projeto que cria o Programa de Habitação da Casa Rural.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador e ao secretário dos Transportes pedindo a construção de um trevo no acesso da BR-283 na localidade de linha Chapada, em Arvoredo.

Deputada Ideli Salvatti (PT) aos presidentes do Senado e Câmara Federal solicitando a aprovação do Projeto de Conversão da MP nº 2.158-35, para que a cobrança do PIS/Cofins tenha sua regulamentação remetida a uma lei complementar.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao governador requerendo a designação de um delegado de polícia titular para Palmitos.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao secretário dos Transportes e ao diretor do Deter solicitando a celebração de convênio com Corupá, para a instalação de abrigos de alvenaria em vários pontos de ônibus na rodovia BR-280.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao diretor do Dnit/SC pedindo a colocação de uma placa grande sinalizadora indicando o acesso a Criciúma, próximo ao trevo de acesso à cidade e ao Balneário Rincão, na BR-101.

Deputado João Macagnan (PFL) ao secretário da Segurança Pública e ao diretor do Detran pedindo que os exames práticos de direção de veículos, dos residentes em Navegantes e Penha, continuem a ser realizados em Navegantes.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) aos diretores lojistas parabenizando-os pela realização da 35ª Convenção Estadual do Comércio Lojista de SC, ocorrida em dia 30 de maio, em Jaraguá do Sul.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador e ao secretário dos Transportes solicitando a recuperação e o recapeamento das rodovias SC-427, que liga Ituporanga e Vidal Ramos, e SC-428, acesso à Imbuia.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao governador e ao secretário da Agricultura solicitando que sejam anistiados os agricultores que tomaram empréstimos por ocasião da estiagem ocorrida no ano de 1995/96.

Deputado Afonso Spaniol (PPB) à Bancada Catarinense no Congresso solicitando a rejeição da MP 2.158-35 PIS/Cofins, em tramitação naquela casa legislativa.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador, ao secretário dos Transportes e ao diretor do DER/SC solicitando que seja feita a reposição das lâmpadas queimadas nas luminárias ao longo da Serra do Rio do Rastro. (CW)

GERAL

Assembléia presente na Festa Nacional do Pinhão

(foto Carlos Kilian)

Um grande público prestigiou no dia 28 de maio a abertura oficial da 14ª Festa Nacional do Pinhão, em Lages, que acontece até o dia 09 de junho no Parque de Exposições Conta Dinheiro. A festa, que surgiu em 1989, consolidou-se como um dos mais importantes eventos do Sul do país, atraindo turistas de vários estados que vêm ao município em busca da gastronomia à base de pinhão, dos shows e concursos, como a 10ª Sapecada da Canção Nativa, e dos negócios que a festa promove anualmente.

Sapecada da Canção é um festival de música nativista que objetiva preservar as raízes culturais, despertando o interes-



Abertura da Festa do Pinhão

se de compositores, de poetas, de pesquisadores e de professores. Além de expressar a arte, os temas e os ritmos regionais, o evento divulga a cultura, a história e os costumes da região serrana, inte-

grando o município de Lages ao movimento nativista.

Na abertura oficial compareceram diversas autoridades, entre elas o governador Esperidião Amin (PPB), os deputados estaduais Ivan Ranzolin (PPB), Antônio Ceron (PFL), Paulo Bornhausen (PFL), licenciado, e Sandro Tarzan (PPB), secretários estaduais e o prefeito anfitrião, Raimundo Colombo (PFL), que agradeceu a participação da comunidade na organização do evento.

Uma equipe de funcionários da AL está à disposição do público num stand montado dentro do parque de exposições, mostrando um pouco das atividades desenvolvidas pelo Poder. (RMPP)

Homenagem à Murillo Capella

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A Assembléia realizou nessa segunda-feira (3), sessão solene para conceder honraria de mérito ao médico e vice-prefeito de Florianópolis, Murillo Capella, por iniciativa do deputado Julio Garcia, líder do PFL.

Natural de Florianópolis, o homenageado formou-se em medicina pela Universidade Federal do Paraná e foi pioneiro em cirurgia pediátrica em Santa Catarina. Professor da Univali e titular de cirurgia pediátrica e do

Agenda

Dia 7, às 9 horas – Audiência pública da Comissão de Agricultura para discutir o preço do suíno

Local: CTG Seara Pampa – Município de Seara

Dia 10, às 14 horas – Audiência pública para debater seguro apagão

Local: Plenário

Dia 10, às 15 horas – Reunião administrativa da CPI dos Contratos

Local: Sala das Comissões

Dia 10, 19 horas – Sessão solene pelos 30 anos do CTG os Praianos

Local: Plenário

Dia 11, às 17 horas – Reunião da CPI do Roubo de Carga e Veículos

Local: Sala das Comissões

Dia 11, às 19 horas – Retratos de Santa Catarina – Bom Retiro

Local: Hall da Alesc

Dia 9, às 9h30min – Abertura do Seminário *Poder Legislativo: Aspectos Históricos Sociopolíticos e Jurídicos*

Local: Plenarinho

Dia 13, às 19 horas – Sessão solene em comemoração aos 133 anos de Curitiba e entrega de *Título de Cidadão Honorário* a Ulisses Gaboardi

Local: Ginásio de Esportes Onofre Santo Agostini (*Onofrão*) - Curitiba

Dia 14, às 19 horas – Sessão solene em Campos Novos para entrega de título de *Celeiro Catarinense*



Deputado Julio e Capella

mestrado em Ciências Médicas da UFSC, já foi presidente da ACM e da Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica, superintendente da Fundação Hospitalar de Santa Catarina e diretor do Hospital Infantil da Capital.

Para Garcia, a homenagem é mais do que justa pois reconhece seu relevante trabalho ao povo catarinense. O presidente da Assembléia, Onofre Agostini (PFL), disse sentir-se honrado de poder prestar a homenagem ao colega de partido.

Capella agradeceu pela oportunidade de poder viver instantes de grande emoção. Observou que a vida concede ao homem oportunidades e portas abertas e é preciso perceber e aproveitá-las de maneira correta. (MOR)